Processos de criminalização da sexualidade em abrigos: o grupo como dispositivo de análise das práticas institucionais

Luan Carpes Barros Cassal¹

Aline Gomes de Carvalho, Luciana Francez Cariello, Carolina Moreira Ribeiro²
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho³

Introdução

O presente trabalho apresenta reflexões a partir da experiência de realização de dispositivos grupais com jovens institucionalizados em um abrigo público no Rio de Janeiro. Tal atividade integra-se às atividades de pesquisa-intervenção do projeto "Construindo processos de escolha mesmo quando 'escolher' não é um verbo disponível", realizado pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o qual compõe o projeto "Garantia de direitos na vida de crianças e adolescentes pobres: história e configurações atuais" (FAPERJ), articulado com atividades extensionistas que são aqui entendidas não somente como aplicação de conhecimentos e recursos da universidade para contribuir na resolução de problemas técnicos e sociais da comunidade em que está inserida, mas principalmente por entender tal prática de forma indissociável com a produção de conhecimento e a formação profissional e a transformação da própria instituição.

As normas e práticas das instituições produzem efeitos nos modos de existência dos sujeitos nela inseridos. Segundo Michel Foucault, as instituições são mecanismos disciplinares, que mantém a organização social historicamente construída. Os abrigos fazem parte de mecanismos de disciplinarização e controle social. Segundo Michel Foucault (2007), são dispositivos de biopoder – controle estratégico de corpos, populações e formas de existência. Estas instituições surgem no Brasil no final do século XIX, para internação de jovens considerados perturbadores da ordem urbana; este momento é crucial, posto que se dá o fim da escravidão (formal) no Brasil, e a medicina passa a ocupar um lugar de explicação e controle dos sujeitos (Bulcão, 2002).

Estabelecimentos como estes eram construídos para encaminhamento apenas dos pobres, enquadrados na categoria de 'menores', que enchiam abrigos, institutos e educandários, sem uma discussão crítica ou política. A prática era de individualização e patologização da miséria estrutural (Lameirão, 2008). Segundo Silva (2008), o surgimento destas instituições no Rio de Janeiro faz parte das intervenções do Estado de controle urbanístico e de circulação da população. Assim, para Silva, abrigos e educandários atuam para acolhimento, educação e proteção, ao mesmo tempo em que disciplinavam comportamentos e corpos para o mundo do trabalho.

O contexto brasileiro modifica-se claramente em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta legislação pretende garantir direitos a todas as crianças e adolescentes, sobrepondo-se às distinções antes vigentes de gênero, etnia, classe social (Cassal, Lameirão e Bicalho, 2009). Aposta, ainda, que a reinserção e manutenção familiar estão entre as mais importantes medidas, devendo ser garantidas, se

¹ Psicólogo graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: luancassal@yahoo.com.br

² Graduandas em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: ppbicalho@ufrj.br

necessário, através de programas de auxílio estatais. Assim, as crianças e adolescentes precisam ser protegidos através de práticas e políticas públicas, mas também responsabilizados por seus atos, desde que respeitado a particularidade de seu desenvolvimento (Brasil, 1990).

Porém, a internação em uma instituição total, ainda que em caráter provisório, é marcada pelas práticas e normas daquele espaço. E mais: a história da experiência de internação é construída sobre a idéia de proteção do menor e da sociedade (Lameirão, 2008; Silva, 2008). Não são quaisquer jovens que são internados, mas aqueles considerados perigosos – de camadas sociais com menor poder aquisitivo e capital cultural. As crianças que vivem na marginalidade (dentro e fora de tais instituições) são suspeitos e perigosos, pela simples questão de existirem, devendo ser eliminados do convívio social (Coimbra, 2008; Reishoffer e Bicalho, 2009). Tal construção é corroborada pela mídia, que produz a idéia dos espaços com pobres e famintos como locais de crime e barbárie. Rauter (1989) afirma que o sujeito passa a carregar uma marca pela sua história de internação na juventude: "[detentos que estiveram em internatos quando jovens] costumam ser considerados 'á margem' ou fora da cultura (...) Esquece-se (sintomaticamente) que nestas instituições, como nas prisões, não se está fora da sociedade, apesar dos muros" (Rauter, 1989: 10).

Podemos, então, entender que as instituições de abrigamento são feitas para agir sobre uma parcela da população, marcando de forma singular a experiência destes sujeitos e construindo representações sociais sobre a prática de internação. Construímos, assim, diferentes formas e histórias sobre a juventude, cindidas a partir de certos atravessamentos específicos. Estas formas de controle social, baseados em saberes científicos que legitimam as práticas e em poderes que executam as ações.

A noção de adolescência é construída como um período de 'crise' e de exacerbação da sexualidade, pela chegada da puberdade. Porém, a experimentação da juventude e do próprio sexo será específica para jovens internados em abrigos. Como são possíveis as vivências e a construção de escolhas?

Para além dos estabelecimentos físicos, Foucault também vai apontar a sexualidade como importante estratégia do biopoder – o 'dispositivo da sexualidade', atravessando diferentes organizações sociais. Em meados do século XVIII toma força uma complexa rede de discursos sobre o sexo – mais do que reprimir, o efeito dessas relações é de direcionar espaços e formas onde a sexualidade pode ser dita, e quem são os sujeitos com autoridade e legitimidade para discorrerem sobre ela. A sexualidade passa a ser entendida como reveladora de uma essência dos sujeitos e tornada central na constituição da identidade e, àqueles que se encontram fora da norma, cabem práticas de punição e readequação.

Entendendo as ações de repressão como produção – de normas, transgressões e punições, bem como de formas de existência – como são construídos discursos nesta instituição, e quais seus efeitos na experiência dos jovens? De que maneira são construídos processos de exclusão e eliminação de formas de existência que se encontram fora da 'norma'? Dessa maneira, nosso objetivo foi cartografar processos de subjetivação e práticas produzidas em instituições para adolescentes sobre sexualidade.

Percurso Metodológico

Nesta experiência de pesquisa, utilizamos o método cartográfico que, segundo Kastrup (2007:15) "visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção". Além disso, a autora ainda afirma que o pesquisador precisa estar implicado com o processo de pesquisa e, para isso, deve mergulhar no campo e exercitar sua atenção. É dessa maneira que ele inicia o processo de construção de dados. Esta metodologia rompe com as dicotomias sujeito-objeto, teoria prática e indivíduo-sociedade.

Como instrumento, utilizamos o grupo como dispositivo, entendendo que o grupo se torna potente na medida em que o entrecruzamento de diferentes forças instituintes permite a emergência de novas potencialidades e a possibilidade de estranhamento de referenciais naturalizados. Dessa maneira, os estudantes atuam como facilitadores, em um trabalho não-diretivo para um processo de criação coletiva, em que sujeito e grupo se produzem mutuamente, e em permanente mutação. As impressões das atividades foram registradas em diários de campo individuais, para posterior análise dos dados construídos.

O campo de pesquisa foi um abrigo público no Rio de Janeiro, integrado à rede de Assistência Social. Esta unidade era dividida em pavilhões (chamados de casa) pela idade e pelo sexo dos internos, além da existência de programas especiais de proteção. Constituímos o grupo através de encontros semanais com adolescentes internados em um dos pavilhões, que tinha uma média de 12 internos, todos do sexo masculino, de 10 a 13 anos.

A pesquisa foi desenvolvida entre junho e outubro de 2009, constando de duas etapas, a saber: uma primeira de ambientação e mergulho nos processos institucionais, através de períodos regulares de convivência com os jovens abrigados e de reconhecimento das rotinas do estabelecimento; e uma segunda de realização efetiva dos grupos. Para isto, utilizamos ferramentas não só verbais, mas também lúdicas que, segundo Frotté (2001) a utilização de variados recursos vai contra a racionalização prévia, e servem como disparadores de discussões pelo próprio coletivo de jovens.

Resultados

A experiência de pesquisa permitiu compreender diversas relações e rotinas que se dão naquela instituição, e problematizar produções tomadas como naturais. Entendemos aqui que as normas institucionais produzem e legitimam determinados modos de existência, em detrimento de outros, e precisamos colocar em análise os processos que determinam estas escolhas.

Todos os pavilhões encontram-se em um corredor, totalizando cinco casas, divididos por idade e gênero, exceto as crianças de 2 a 7 anos, em que meninas e meninos ficam juntos. Chama a atenção que as casas de jovens da mesma idade não têm contato, e isso é proposital. A distribuição geográfica é feita para dificultar o contato entre os préadolescentes e, segundo a equipe, na tentativa de evitar os efeitos de possíveis encontros não desejados pela instituição. Esta construção remete a uma periculosidade inerente à sexualidade do adolescente; o encontro de meninas e meninos é perigoso, posto que abre possibilidade para práticas (hetero)sexuais.

Ora, os encontros entre moças e rapazes se darão apenas em espaços comuns, como a escola, ou atividades esportivas e de lazer conjuntas, caso haja. Evita-se relações

heterossexuais antecipadamente, posto que estes encontros não são possíveis. Curioso que isto é feito como se houvesse uma periculosidade inerente à sexualidade do adolescente.

Dessa maneira, o abrigo, enquanto dispositivo de controle social, produz outros modos de exclusão no seu interior, ao proibir acesso a direitos humanos básicos, como o exercício pleno e saudável de sua sexualidade – especialmente a adolescentes que, a partir de uma construção social, a tomam como importante questão. Não que não se fale sobre sexo; como aponta Foucault (2007), instituições educativas produzem discursos e práticas sobre a sexualidade na vigilância, na organização espacial, nas normas e rotinas, nas divisões de tarefas.

É interessante notar que o autor discute que, no processo de pedagogização da sexualidade, a importância para a repressão das manifestações de sexualidade infantil, que podem prejudicar o desenvolvimento do sujeito e a produção de descendentes – objetos do biopoder. Ora, e não é isso que faz o internato, ao vigiar e punir todas as manifestações e práticas sexuais? Um efeito possível pode ser a criminalização das práticas que fogem à norma construídas entre os próprios jovens. Dentro do pavilhão, observamos xingamentos registrados nas paredes e portas que remetiam ao descumprimento da norma de sexualidade e gênero. Ou seja, a reprodução de comportamentos e desejos que são tidos como negativos, e criminalizados.

Por esta organização das dinâmicas e das normas institucionais, o encontro possível no abrigo é a relação homossexual; esta sim é efetivamente proibida. Só se pode construir uma proibição sobre algo possível de acontecer. Mas a sexualidade não é construída como uma essência dos sujeitos, que toma especial destaque na adolescência? A instituição de proteção, assim, tem múltiplos efeitos: se, por um lado, garante a saúde e a educação de jovens entendidos como desassistidos, um olhar mais atento revela a produção de desigualdade social. Isto porque, de fato, as possibilidades de escolhas sobre a sexualidade são restritas pelas normas da instituição.

Ou seja, o dispositivo da sexualidade é um dos instrumentos de dominação social. A instituição normatiza modos legalizados de existência, ao não autorizar práticas sexuais no interior dos institutos; não distribuir preservativos aos internados; não permitir visitas íntimas. É um movimento de assepsia impossível de ser totalmente eficiente pois, para Foucault (2007), o poder sempre produz resistência. Na verdade, o esquadrinhamento da sexualidade é um processo permanente, que vai cada vez mais fundo, sem um ponto de chegada, diz o autor.

Assim, podemos entender que, ao mesmo tempo em que o abrigo marca as subjetividades e as representações sobre populações consideradas 'perigosas', ela também opera em um processo de criminalização interno. Àqueles que realizam práticas homossexuais na instituição são transgressores da norma social e da regra institucional. Porém, o próprio abrigo reúne jovens do mesmo sexo, convivendo em espaços o tempo todo. Quais oportunidades outras eles têm de experimentar suas sexualidades?

A instituição atinge, então, diversos objetivos: retira os jovens ditos 'perigosos' da circulação em espaços públicos; e ainda doutrina e dociliza as subjetividades, tendo como uma das estratégias o domínio da sexualidade. Às práticas de eliminação de populações excluídas e indesejadas, Baptista (1999) vai chamar de 'genocídio', pelas mutilações de corpos e de vidas. São assassinatos físicos, concretos, ou subjetivos — mortes de possibilidades de expressão da singularidade humana. O autor entende que estes acontecimentos não se dão sem uma preparação social anterior. Neste sentido, escreve:

Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima (...). Os amoladores de facas, à semelhança dos cortadores de membros, fragmentam a violência da cotidianidade, remetendo-a a particularidades individuais. Estranhamento e individualidade são alguns dos produtos destes agentes. Onde estarão os amoladores de facas? (Baptista, 1999: 46).

Dessa maneira, o que Baptista nos traz é o entendimento que a eliminação dos marginais, nos quais estão incluídas diversas juventudes (sejam jovens pobres ou jovens homossexuais, dentre tantos), não se dá sem a produção de discursos de certos atores, que são legitimados a falar. A desigualdade social é remetida a casos isolados, específicos; fracassos pessoais ou de trajetórias familiares. Este processo alienante retira o caráter político do debate, bem como a potência da vida, de transformação do que está instituído. Para dar conta das fragilidades daquele que parece estranho a norma, convocamos especialistas, que com seu saber podem oferecer tutela e abrigo.

O que o tema dos amoladores de facas têm em comum com a discussão da sexualidade em abrigos? Esta instituição massacra as singularidades pelo bem destas juventudes. Por vezes, uma saída encontrada para os internos é a fuga dos estabelecimentos; esta pode ser uma busca de transformação da situação vivenciada, tendo poucos recursos disponíveis. Mas este ainda é um processo excludente, que leva o jovem a uma solução extrema. O internato não pode ser apenas uma instituição à qual os sujeitos devem se adaptar. Pelo contrário, podemos apostar em novas formas de construir o trabalho com adolescentes, instituições e sexualidades.

A sexualidade ainda produz efeitos nas relações de gênero. No desenvolvimento dos grupos, os jovens relatam e constroem diferentes representações sobre educadores (profissionais que acompanham cotidianamente os internados, em sistema de plantão) homens e mulheres, preferindo um a outros. E mais, revelam que, enquanto os pavilhões masculinos têm educadores de ambos os sexos, as casas femininas só podem ter educadoras, mulheres. Afirmam em seu discurso que não há problema as mulheres terem contato com eles, rapazes. Mas o contrário não seria verdadeiro.

Há uma periculosidade inerente à sexualidade dos homens, que se aproveitarão de internos? Se evitam certos encontros, que como efeito criminalizam outras possibilidades ali não explicitadas. Por exemplo, os jovens têm receios com um educador assumidamente homossexual; e isso não surge por nenhuma situação concreta, mas por construções. No desenvolvimento dos grupos, os jovens ainda apontam que meninos e meninas ocupam lugares diferentes; com objetos, jogos e construções diferenciadas.

As relações de poder no interior da instituição são atravessadas ainda pela realidade social – local de moradia, possibilidade de retorno para casa nos finais de semana... Apelidos e piadas se constroem a partir destes lugares, e todos os jovens se apresentam em parcerias precárias e conflitos constantes. Afirmam que respeitam educadores pelo seu lugar de autoridade, mas entre si não há liderança. E se agridem com freqüência; no grupo, surge que isso se acontece quando não têm nada para fazer – inclusive quando se distraem na realização dos grupos.

Os processos de escolha sempre são dificultados; a institucionalização dos adolescentes se reflete na própria relação com os pesquisadores, com dificuldade de ações

propositivas, e construindo um espaço de proposição de tarefas, e discursos 'politicamente corretos', esperados com positivos.

Segundo Groppo (2000), a representação sobre a adolescência é construída como fortemente vinculada à transgressão de regras e à manifestação da sexualidade. Mas, de fato, a instituição restringe possibilidades de escolhas destes sujeitos e da produção de modos inéditos e singulares de existência.

Considerações finais

As múltiplas infâncias e adolescências produzidas não dizem respeito somente à experiência particular dos sujeitos. Mais do que isso, fala de formas de produção de nossa própria sociedade; quais nossos valores? De que paradigmas nós nos utilizamos? Como mantemos e transformamos as relações de poder? A existência de populações excluídas e marginalizadas é, assim, analisadora de nossa organização social.

Os internatos restringem, assim, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. Mais ainda, por conta da tutela produzem um cuidado castrador (Merhy, 2004), ao invés de investir na potência dos jovens, entendendo o desejo como potência de mudança e transformação.

Analisar instituições para jovens revela muito sobre as construções a respeito dos processos de criminalização da sexualidade; a sexualidade instiga profissionais e jovens, sem espaços que permitam a discussão destes processos. Pensar que as normas são naturalizadas implica na reafirmação de que apenas certos modos de viver a sexualidade são legítimos – aqueles pautados pela monogamia e pela heterossexualidade.

Acreditamos que esta ação construiu algumas perguntas, que precisam de aprofundamento. Para construir outras relações da universidade com estas realidades, continuaremos este projeto de pesquisa-intervenção em outras instituições, públicas e filantrópicas, de abrigamento e de cumprimento de medida socioeducativa. Além disso, esta ação traz retornos e problematizações para os projetos que trabalham grupos e juventudes, repensando as práticas universitárias e a construção de sentidos. É a ação extensionista garantindo a transformação das populações participantes, da universidade e seus processos de formação e produção de conhecimento.

Da mesma maneira, a realização de grupos abre espaço para compreender a sexualidade além da norma vigente essencialista, biologizante e heteronormativa e para a construção de escolhas. Apostamos, assim, na afirmação de formas inéditas de existência, plenas de singularidade, experimentação e criação coletiva, na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos e, talvez, abrir espaço para novos modos de existência, inéditos e autênticos.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, L.A. A atriz, o padre e a psicanalista – os amoladores de facas. In: *Cidade dos Sábios*. São Paulo: Summus, 1999.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

- BULCÃO, I. A produção de Infâncias Desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos de 'criança' e 'menor'. In: *Pivetes A produção de infâncias desiguais*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.
- CASSAL, L.C.B.; LAMEIRÃO, M.B.S.; BICALHO, P.P.G. Juventudes Rizomáticas: Problematizações da Sexualidade em Abrigos e Instituições de Cumprimento de Medidas Sócio-Educativas. In: *Revista Contemporânea de Educação*, *v.4*, *n.7*, *p.132-147*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- COIMBRA, C. *Produção do medo e da insegurança*. Disponível em: http://www.slab.uff.br . Acesso em: 04 mar. 2008.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A vontade de saber. São Paulo: Graal, 2007.
- FROTTÉ, M. D. *Analítica do Vocacional: Percursos e derivas de uma intervenção*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001.
- GROPPO, L. A. *Juventude: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.* Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.
- LAMEIRÃO, M. S. B. *Infâncias brasileiras: a invenção da criança e do menor*. Monografia (Graduação em Psicologia). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- MERHY, E. E. *O desafio da tutela e da autonomia: uma tensão permanente do ato cuidador.* Disponível em: <www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy>. Acessado em: 15 mai. 2009. 2004.
- RAUTER, C. Diagnóstico Psicológico do Criminoso: Tecnologia do Preconceito. *Revista de Psicologia*. Niterói: UFF, 1989, p. 9-22.
- REISHOFFER, J.C.; BICALHO, P.P.G. Insegurança e Produção de Subjetividade no Brasil Contemporâneo. In: *Fractal Revista de Psicologia*, *v.21*, *n.2*, *p.425-444*. Niterói: Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, 2009.
- SILVA, J. C. S. "Acima de qualquer suspeita" disciplina, subversão e processo administrativo no Instituto Profissional João Alfredo/RJ no final dos anos 1910. In: *Cultura Escolar, Migrações e Cidadania:* Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto), 2008.